



PROTAGONISMO FEMININO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES E DEBATES

Jucélia Maria Rocha Oliveira
Universidade Federal da Paraíba

Sullivan Barbosa de Paulo
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Os assentamentos de reforma agrária surgem como resultado das lutas camponesas pelo acesso à terra. A partir do momento em que os camponeses conquistam e se apropriam da terra, encaminham o processo de territorialização e conseqüentemente de constituição do território através dos assentamentos. Apesar de sua face contraditória, os assentamentos possuem grande representatividade, configurando-se como meio que garante as possibilidades de reprodução da vida aos camponeses. Neste contexto, o debate em torno do papel da mulher nos processos de luta pela terra e de constituição dos assentamentos, ainda é, bastante restrito. Tendo em vista isso, este artigo reflete sobre a importância e o papel da mulher para a conquista e consolidação dos assentamentos de reforma agrária. Buscando atender ao que se propõe como objetivo, adotou-se o seguinte processo investigativo: a) pesquisa bibliográfica sobre assentamentos rurais, luta das mulheres pela terra; b) pesquisa de campo com aplicação de entrevista, partindo de roteiro pré-estabelecido. Desse modo, através das entrevistas realizadas com mulheres do assentamento Fazenda Flores, foi possível perceber o papel desempenhado por elas, desde o processo inicial de luta para conquistar a terra até a consolidação do assentamento.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, Reforma agrária, Mulheres, Luta pela terra.

FEMALE PROTAGONISM IN AGRICULTURAL REFORM SETTLEMENTS: REFLECTIONS AND DEBATES

ABSTRACT

Agrarian reform settlements emerge as a result of peasant struggles for access to land. From the moment the peasants conquer and appropriate the land, they begin the process of territorialization and, consequently, the constitution of the territory through settlements. Despite their contradictory face, the settlements have great representation, configuring themselves as a means that guarantees the possibilities of reproducing life for peasants. In this context, the debate around the role of women in the processes of struggle for land and establishment of settlements is still quite restricted. In view of this, this article reflects on the importance and role of women in the conquest and consolidation of agrarian reform settlements. Seeking to meet the proposed objective, the following investigative process

was adopted: a) bibliographical research on rural settlements, women's struggle for land; b) field research with interview application, starting from a pre-established script. Thus, through interviews with women from the Fazenda Flores settlement, it was possible to perceive the role played by them, from the initial process of struggle to conquer the land to the consolidation of the settlement.

Keywords: Rural settlements, Agrarian reform, Women, Struggle for land.

INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais surgem como a materialização da luta pela terra e ganham importância por permitirem o acesso à terra a milhares de trabalhadores rurais que lutam historicamente para conquistá-la. Além de garantir o direito à terra, os assentamentos têm possibilitado a reprodução da vida, a existência e autonomia a estes trabalhadores.

Muito tem se discutido a respeito da política de assentamentos, seus pontos positivos, negativos, suas contradições etc. No entanto, é necessário que essas discussões tragam a luz, a diversidade dos atores presentes no campo, que possuem um protagonismo no processo de luta pela terra, mas que acabam sendo invisibilizados.

Nesse sentido, destacamos dentre estes atores, as mulheres, que muitas vezes desempenham papel relevante na luta pelo acesso à terra, mas que acabam sendo invisibilizadas. O protagonismo das mulheres, diante de uma estrutura patriarcal que se impõe, acaba sendo ocultado. Dessa forma, o debate em torno da reforma agrária, finda-se de modo restrito, apagando a história de luta dos diversos sujeitos presentes no campo.

Tendo em vista isso, este artigo busca refletir sobre a importância e o papel da mulher para a conquista e consolidação dos assentamentos de reforma agrária, entendendo que a mulher também é protagonista nesse processo, embora, muitas vezes, a literatura acabe ocultando seu papel. Este trabalho é parte de estudos realizados anteriormente a respeito da política de assentamentos rurais.

O caminho metodológico adotado para o desenvolvimento deste trabalho foi: pesquisa bibliográfica, buscando, dessa forma, dialogar com os principais teóricos que discutem a temática. Dentre estes, destacam-se, autores como Leite e Ávila (2007), Bergamasco e Norder (1996), Medeiros (2008). Buscamos ainda, através de pesquisa de campo realizada no ano de 2018, no assentamento Fazenda Flores-PI, compreender a questão de gênero nos assentamentos de reforma agrária. Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas, com roteiro semiestruturado, possibilitando um diálogo com os sujeitos. Dentre as entrevistas, selecionamos aquelas realizadas apenas com as mulheres assentadas e, através de análise qualitativa, foi possível depreender, a participação ativa delas, desde o processo inicial de conquista da terra até a consolidação do assentamento.

O trabalho encontra-se estruturado em três tópicos. No tópico 1, apresentamos o debate em torno dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. O tópico 2, traz a discussão a respeito da luta e direito das mulheres a terra e, no tópico 3, apresentamos a importância e o papel da mulher para a consolidação dos assentamentos de reforma agrária.

DEBATES E REFLEXÕES EM TORNO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Os assentamentos rurais resultam de um processo de luta marcado por conflitos e violência entre aqueles que buscam o acesso à terra e aqueles que concentram grandes extensões de terras, sujeitos expropriados e expropriadores em conflito. Por meio dessa luta o Estado vai sendo pressionado a intervir e a tomar medidas, culminando na proposição das políticas de assentamentos rurais.

Essas políticas são propostas como forma de controlar os conflitos por terra no Brasil, uma “resposta do governo a uma demanda social por distribuição de terras, que se expressa nas ocupações e reivindicações dos movimentos sociais organizados” (CARRAFA, 2014, p. 33).

Leite e Ávila (2007) explicam que, apesar de não existir uma definição clara para os assentamentos rurais, o termo tem sido usado para referir-se à transferência de grupo de famílias de trabalhadores despossuídos de terras em determinado imóvel rural (geralmente fruto de medidas desapropriatórias), objetivando a constituição de unidade voltada para a produção e moradia dos trabalhadores.

É válido enfatizar, que, os assentamentos rurais, antes de se constituírem como unidade produtiva e de moradia, representam uma conquista, um sonho que se concretiza com o acesso à terra, ponto de partida para a construção das condições de reprodução social autônoma que caracteriza a sociabilidade camponesa.

Segundo Coca, Santos e Rocha (2014), os assentamentos possuem representatividade não apenas no campo material, da terra em si, da produção, mas também no campo imaterial, motivando o processo de luta, o sonho por condições de vida digna. Eles garantem a terra a quem não a possui e motiva a luta daqueles que estão nos acampamentos aguardando a conquista da terra e a consolidação dos assentamentos.

É o processo de organização dos movimentos camponeses, por meio das ocupações, dos acampamentos, resistindo, que tem se constituído como o principal meio para a implantação dos assentamentos rurais e conseqüentemente para o acesso à terra no Brasil.

No entanto, apesar de representarem muito para aqueles que lutam pela terra, os assentamentos não foram capazes de promover a desconcentração fundiária do país, que, ainda atualmente, se caracteriza como uma das mais concentradas do mundo. Isso se deve, principalmente, porque os assentamentos têm se limitado a

uma política de distribuição de terras, implementada com o objetivo de controlar os conflitos, sem intenção de promover uma transformação na estrutura fundiária do país.

Os primeiros assentamentos rurais foram implantados no período dos governos militares, por meio de projetos de colonização, concentrando-se na Amazônia. Bergamasco e Norder (1996), afirmam que estes projetos foram implantados com o objetivo de deslocar a luta pela terra para as áreas mais afastadas e menos povoadas, principalmente em áreas de fronteira agrícola, o que não evitou de modo algum, a concentração fundiária e os conflitos por terra no país.

Os governos militares limitaram a reforma agrária a implantação destes projetos de colonização e privilegiaram a modernização da agricultura brasileira, o que agravou ainda mais os problemas no campo e consequentemente a questão agrária do país.

Com o processo de redemocratização do Brasil, os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária voltam a se intensificar, pressionando os governos e levando-os a criarem as políticas de assentamentos rurais que se tornaram um meio para conter os conflitos e como uma saída para não realização de uma reforma agrária mais ampla.

Tem importância fundamental neste período, junto ao movimento de luta pela terra, a criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que passou a articular movimentos camponeses que foram sufocados durante o período militar, na busca por seus direitos. Inicia-se então uma rearticulação dos movimentos dos trabalhadores, configurando uma nova fase de luta pela terra.

Na década de 1980 é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), que conseguiu se fortalecer e tornar-se um dos maiores movimentos sociais em âmbito nacional, presente até os dias atuais, sendo “[...] o mais organizado e combativo no campo brasileiro, constituindo um novo marco na luta política dos trabalhadores brasileiros pela reforma agrária [...]” (OLIVEIRA, 2007b, p. 101).

Nesse sentido, os movimentos sociais ganham importância para a implantação dos assentamentos rurais no país. Conforme Santos (2014), foi com a atuação destes movimentos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a implantação dos assentamentos se tornou uma política mais efetiva, passando a ser adotada pelos governos brasileiros na mediação dos conflitos, uma vez que os planos de reforma agrária não se efetivaram como deveriam.

Os primeiros passos rumo a realização da reforma agrária se deram em 1946 e ganham força com o surgimento das Ligas Camponesas organizadas com o intuito de intensificar a luta pela terra e tornar a reforma agrária algo capaz de transformar o quadro caótico das desigualdades no campo, consequência da grande concentração fundiária. Para Oliveira (2007a), as Ligas Camponesas caracterizam-se como o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária com organização em esfera nacional.

Os assentamentos têm se constituído como a principal política de reforma agrária no Brasil (COCA; SANTOS; ROCHA, 2014). Se qualificam como meio para minimizar

os efeitos da questão agrária do país que se agravou ainda mais após a territorialização do capital no campo.

Para a implantação dos projetos de assentamentos rurais, os governos passaram a adotar uma política de obtenção de terras, tendo em vista a diversidade dos movimentos camponeses e a demanda por terras no país. Essas políticas de obtenção de terras e os tipos de assentamentos de reforma agrária implantados, “muito além de ações fundiárias que partem do Estado são consequência da luta do campesinato brasileiro pela sua reprodução” e por seus direitos (COCA; SANTOS; ROCHA, 2014, p. 148).

As políticas de obtenção de terras se caracterizam como os primeiros passos de intervenção do Estado para a criação dos projetos de assentamentos e representam estratégias para a criação destes territórios de reforma agrária que vão além de processos desapropriatórios.

Rocha (2013) aponta dez políticas adotadas pelo Estado para obtenção de terras, sendo elas: a desapropriação, compra de terras, adjudicação, doação, arrecadação, incorporação, transferência, confisco, cessão e reconhecimento. Essa diversidade de políticas de obtenção de terras tem servido como meio para a criação dos diversos tipos de territórios da reforma agrária no Brasil.

Dentre estas dez políticas, a desapropriação por interesse social se destaca como uma das políticas de obtenção de terras que mais tem beneficiado o assentamento de famílias, sendo responsável pela criação da maioria dos assentamentos federais. Estas desapropriações, entretanto, ganharam maior destaque principalmente devido a ação dos movimentos sociais, por meio das ocupações, demonstrando a importância do processo de ocupação para o acesso à terra no Brasil.

Apesar disso, é importante destacar as contradições existentes em torno dessa política, já que as desapropriações são realizadas mediante o pagamento de indenizações, o que acaba beneficiando os grandes proprietários de terras. Isso mostra o lado contraditório da realização da Reforma Agrária brasileira, em que essas políticas adotadas pelo Estado acabam beneficiando mais aos grandes proprietários de terras, que tem as suas terras, em grande parte improdutivas, compradas ao preço de mercado.

Tendo em vista a diversidade das políticas de obtenção de terras adotadas pelo Estado para criação dos territórios de reforma agrária, cabe destacar os tipos de territórios existentes, pois diante da diversidade de atores presentes no campo, criaram-se diferentes tipos de assentamentos. Rocha (2013) destaca 21 tipos de territórios da Reforma Agrária no Brasil, divididos em dois grupos, são eles: os agropecuários, oriundos principalmente das desapropriações de terras. E o grupo dos agroflorestais-extrativista, oriundos geralmente da regularização fundiária.

Diante disso, é possível depreender que, as formas históricas de reprodução da questão agrária no Brasil, ao mesmo tempo em que expropria, provoca o movimento de recriação do campesinato, que vem resistindo através de uma luta que se materializa na conquista do território, que possibilita sua recriação.

Tal diversidade de territórios da reforma agrária deve-se principalmente a amplitude que a luta pela terra foi ganhando ao longo dos séculos, envolvendo novos sujeitos, novos movimentos sociais em busca dos seus direitos e na luta contra o processo de expropriação que marca a questão agrária.

Após a criação destes territórios, os trabalhadores passam a desenvolver novas relações sociais e de produção. São criadas associações e o processo produtivo vai desde a coletivização à produção individual nos lotes familiares.

Cabe ressaltar que só a criação dos assentamentos não é suficiente, exigindo-se a criação e a implementação de infraestrutura social e produtiva que garanta serviços básicos e condições de produção satisfatórias. Tais condições cobram a elaboração de políticas públicas que possam promover o desenvolvimento destes territórios e conseqüentemente das famílias beneficiadas.

Diante disso, a luta dos camponeses não termina com o acesso à terra por meio dos assentamentos rurais. Após a criação destes territórios os trabalhadores rurais continuam sua luta para permanecer na terra, buscando e reivindicando por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento do assentamento e conseqüentemente melhorias nas suas condições de vida. O que ocorre muitas vezes é que os assentamentos são implantados, mas não oferecem as condições necessárias para que o assentado permaneça na terra conquistada.

Percebe-se, portanto, que o processo de luta antes e após o acesso à terra é primordial, pois é através da luta que as famílias assentadas vão conquistar as políticas públicas necessárias para permanecerem na terra e assim se desenvolverem econômica e socialmente.

Contudo, pode se compreender que o acesso à terra por meio da política de assentamentos rurais, apesar de representar muito, não coloca fim a luta dos trabalhadores rurais, pois continua a disputa pela implementação de políticas públicas que lhes permita viver dignamente. São políticas de acesso ao crédito, assistência técnica necessária ao desenvolvimento da produção, bem como políticas de acesso a saúde, educação e infraestruturas.

MULHERES NA LUTA PELA TERRA

Muito se discute sobre a importância dos assentamentos de reforma agrária no contexto de concentração fundiária brasileira. No entanto, a literatura ainda é restrita quanto ao papel da mulher no processo de luta pela terra e pela reforma agrária. Nesse sentido, é necessário reunir esforços para que esse debate não se torne vazio e unilateral, negando a diversidade de atores que vem contribuindo para a consolidação dos assentamentos.

É importante que o debate em torno da reforma agrária, torne-se mais abrangente, cabendo, portanto, a discussão a respeito da questão de gênero, raça, classe, incluindo as mulheres em um nível abrangente, como as mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco.

De acordo com Zarzar e Hora (2008) no Brasil o direito das mulheres à terra e ao desenvolvimento rural permaneceu por muito tempo fora do debate e esse quadro só passa a mudar após o processo de redemocratização do país com a luta das mulheres do campo pela igualdade. No entanto, é válido enfatizar que apesar dos avanços em relação aos direitos conquistados, a segregação das mulheres em relação à terra ainda se faz presente.

Deere (2004) acrescenta que na década de 1980 as mulheres tiveram uma participação cada vez mais frequente nos sindicatos rurais e no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, assim como se organizaram em associações de forma autônoma, levando a obtenção de suas reivindicações pelo acesso à terra na Constituição Federal de 1988. No entanto, a autora destaca que após esse período não houve muita persistência para a implementação dos direitos das mulheres ao acesso à terra.

Levou 12 anos até alguns dos movimentos sociais rurais defenderem com sucesso os direitos da mulher à terra em âmbito nacional. Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. Essa marcha em Brasília, conhecida como *Marcha das Margaridas*, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos. Como em outros países latino-americanos, uma vez organizadas, as mulheres começaram a reivindicar o direito à terra e, consistentemente, confrontaram o Estado nessa questão, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos (DEERE, 2004, p. 176).

A mesma autora destaca ainda que os direitos das mulheres à terra só foram assistidos de modo mais efetivo pelo movimento social e pelo Estado, quando a exclusão destas começou a representar consequências para a implementação dos assentamentos de reforma agrária (DEERE, 2004, p. 176).

Medeiros (2008) destaca que a ênfase em torno da criação dos assentamentos de reforma agrária acaba de modo contraditório silenciando seus atores, como é o caso das mulheres, que muitas vezes só ganham destaque quando desempenham papel como liderança. Tendo em vista isso, podemos citar duas lideranças que se tornaram símbolo de resistência, Margarida Alves e Elizabeth Teixeira. Estas

Lutaram incansavelmente pelo direito à terra, contra a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras no campo e pela reforma agrária.

É inegável o papel das mulheres na luta pela terra, entretanto, esse papel tem sido invisibilizado, suas vozes muitas vezes não aparecem nos diversos debates. O protagonismo das mulheres no campo foi por muito tempo, e ainda é ocultado, lhes é atribuído apenas o papel da mulher mãe, dona de casa.

Nesse sentido Cruz e Lobato (2005), destacam que muita coisa já mudou em relação a participação política e social das mulheres. No entanto, ainda há muito o que avançar para que a cultura patriarcal seja desconstruída e uma cultura pautada na justiça, no respeito as diferenças no que diz respeito as relações entre mulheres e homens se efetive, principalmente, na igualdade de direitos.

Medeiros (2008) acrescenta que a literatura tem apontado algumas diferenças sobre o papel das mulheres no processo de mobilização como: em que momento elas estão à frente, como um símbolo da família ou em que momento estas ficam em casa cuidando dos filhos enquanto os homens assumem as atividades.

Zarzar e Hora (2008), acrescentam que ao longo da história, as mulheres trabalhadoras rurais ainda não tiveram um reconhecimento por parte do Estado e da sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária. As autoras enfatizam ainda que as políticas públicas ao longo do tempo pouco se direcionaram para as mulheres e quando foram, destinaram-se mais especificamente para a família rural como um todo.

A forma como a questão é tratada tanto pelo Estado como pela sociedade, concorre para reforçar ainda mais o quadro de dominação masculina. A falta de políticas públicas direcionada especificamente para as mulheres, assim como do direito à terra, retira muitas vezes a possibilidade de autonomia das mulheres nos assentamentos de reforma agrária. O direito à terra seria uma forma de dá voz a elas e as suas lutas. Conforme apontado por Zarzar e Hora (2008, p. 22)

O escasso acesso das mulheres à propriedade e aos recursos econômicos, é uma realidade no mundo. Estimativas da FAO indicam que apenas 1% da propriedade no mundo está nas mãos das mulheres. A maioria dos Estados nacionais sequer dispõe de estatísticas oficiais relativas ao sexo dos/as proprietários/as. Os sistemas de herança estabelecidos no código civil e nos chamados direitos costumeiros condicionam o acesso à terra à condição civil das mulheres e à sua posição na família.

Trazendo para a realidade do Brasil as autoras Hora, Nobre e Zarzar (2021) trazem dados do censo agropecuário de 2017 com “um universo de 5,07 milhões

estabelecimentos agropecuários, sendo que 81,3% (4,11milhões) estavam sob gestão masculina e 18,7% (946 mil) sob gestão feminina, considerando todas as formas de direção (2021, p. 13). Esses dados são reveladores da desigualdade existente no acesso à terra entre homens e mulheres e reforça ainda mais a importância do debate em torno da questão de gênero na política de reforma agrária.

Garantir a propriedade da terra as mulheres no campo, sejam elas: camponesas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas é reconhecer o papel fundamental que elas desempenham no processo de luta pela terra no Brasil e de romper com uma estrutura patriarcal que coloca a mulher em uma posição de dependência. É possibilitar uma participação política e social na sociedade de forma mais ampla, conquistando autonomia e novos espaços. É garantir a igualdade de direitos que tem sido uma luta constante das mulheres ao longo do tempo.

A IMPORTÂNCIA E O PAPEL DA MULHER PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Para ressaltar a importância e o papel da mulher na conquista e consolidação dos assentamentos de reforma agrária, parte-se de uma análise feita a partir de entrevistas realizadas com mulheres assentadas do PA Fazenda Flores no ano de 2018. O PA fica localizado no cerrado piauiense, entre os municípios de Bom Jesus e Currais (Figura 1).

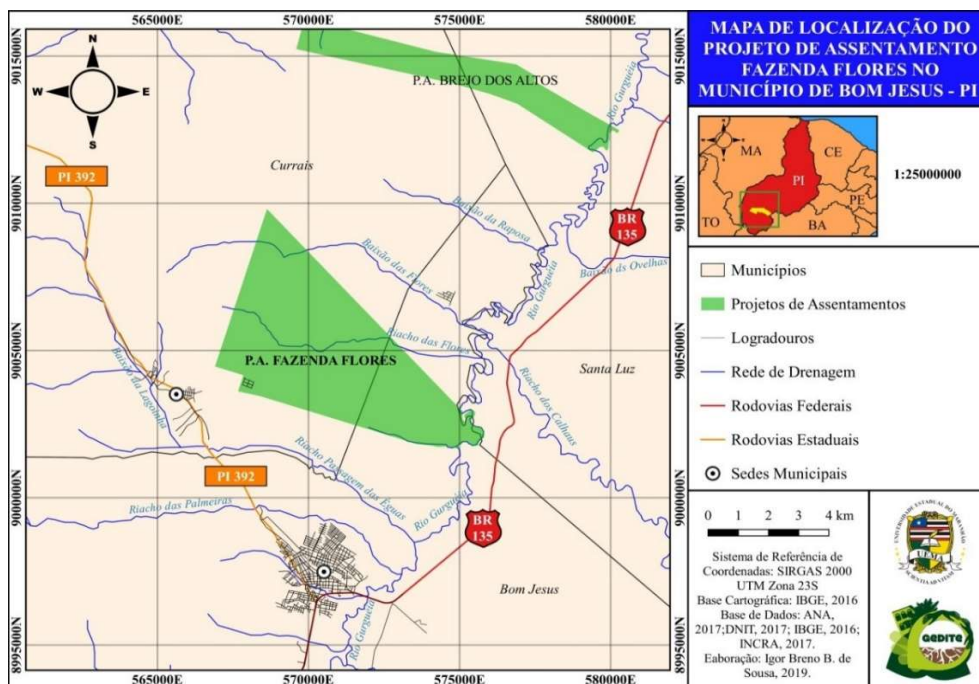


Figura 1. Localização do PA Fazenda Flores – PI.

A partir da análise empreendida, foi possível perceber a atuação ativa das mulheres, desde o processo inicial de luta pela conquista do assentamento até a sua consolidação, bem como, a luta atualmente por políticas públicas que possibilitem as condições de permanência na terra. Isso fica claro em uma das entrevistas concedidas

A gente abraçou a causa, a CPT junto com o sindicato de Currais, fizemos ofício pro Incra Piauí e aí a gente conseguiu desapropriar essa área [...] a gente fez várias reuniões na comunidade de preparação como que se daria essa desapropriação, o quê que era mesmo uma desapropriação (Entrevista A).

Esse primeiro relato, vem revelar dois processos importantes: o primeiro, é sobre a importância da Comissão Pastoral da Terra e dos Sindicatos no processo de luta pela terra, tendo em vista que essas duas organizações foram fundamentais para a garantia da desapropriação da terra que constitui atualmente o PA Fazenda Flores. O segundo processo, é que, embora, muitas vezes, o protagonismo das mulheres acabe sendo ocultado no processo de luta pela terra, elas estão presentes e desempenham um papel fundamental. É importante destacar também que o processo de luta pela constituição dos assentamentos de reforma agrária não se encerra com o processo de desapropriação, a luta é constante. Após a desapropriação, várias foram as dificuldades enfrentadas pelos assentados para a construção das moradias e mais uma vez, é notório a atuação das mulheres. Conforme relato de duas mulheres assentadas

A gente fez as casas com muita dificuldade, pegando água da chuva, chovia muito na época, no mês de dezembro que a gente tava fazendo as casa, aí chovia muito e a gente pegava água do meio da estrada pra fazer a massa pra fazer a casa. Porque a gente fez lá um processo muito interessante, a gente não aceitou empresa de fora, a gente fez um mutirão entre a comunidade ia fazendo as casas, outros construía uma a uma, pegava todo mundo e construía aquela casa, depois construía outra (Entrevista A).

Nós ganhemo essa casa e é como eu lhe falei, pra nós construir ela, até hoje tem o lugarzinho lá, do buraco que nós cavemo, botemo um plástico, aí vinha a pipa d'água e enchia e quando não tinha água da pipa, nós pegava quando chovia, as vezes vinha uma chuva grossa e ajuntava água na estrada e nós pegava (Entrevista B)¹.

Fica claro nos dois trechos das entrevistas que as casas foram construídas com muita dificuldade, tanto pelos poucos recursos disponibilizados, como também pela questão da falta de água. Por outro lado, é visível a participação das mulheres no trabalho coletivo, o papel desempenhado por meio da ajuda mútua, demonstrando que sua função não se restringe a cuidar do lar e da família, como a sociedade patriarcal sugere.

As inúmeras dificuldades enfrentadas para a constituição do assentamento, leva uma das assentadas a questionar o modelo de reforma agrária existente, conforme expresso em entrevista

Eu até questiono hoje o modelo de reforma agrária que tem. Chega, tá aqui a terra e aí tem que fazer primeiro as casa, eu questiono direto, que modelo de reforma agrária é esse, como é que a gente vai construir a casa se não tem água. Que eu acho que num pimeiro momento seria chegar a água. Eu questiono isso com o governo, seja com quem for, aonde for preciso, por que eu não concordo com o modelo de reforma agrária que tem nesse país, ele tem que melhorar e muito (Entrevista A).

A conquista da terra não encerra os problemas para as famílias assentadas, pois continuam necessitando de condições para a produção, serviços básicos como saúde e educação, e infraestruturas variadas. No entanto, apesar do seu caráter contraditório, os assentamentos possuem uma representatividade, pois se constituem como a principal política pública de acesso à terra no Brasil e conseqüentemente no estado do Piauí. As famílias do PA Fazenda Flores vivem uma vida simples, do trabalho na roça, desenvolvendo atividades produtivas tradicionais voltadas principalmente para o provisãoamento familiar, que também conta com a participação das mulheres no processo produtivo. Dentre estas atividades, destacam-se, o plantio de feijão, melancia, mandioca, milho, abóbora (Figura 2).



Figura 2. Plantio de feijão e de mandioca no PA Fazenda Flores.

Fonte: Oliveira (2018).

No entanto, devido as condições climáticas e a falta de políticas públicas os assentados enfrentam dificuldades para desenvolverem suas atividades, como expresso em entrevista

A gente vai compra o óleo pra levar pra botar no trator e arar a terra lá na beira do rio, cada um tem seu pedacim, aí vai compra o óleo, manda arar e ainda paga por fora, aí vamo plantar aquele feijãozim, leva o motor, com toda dificuldade, ai a gente vai e planta aquele pedacim ali, leva o motor e molha. Tem que molhar, jogando água do rio, pra gente poder apanhar pelo meno um feijãozim (Entrevista B).

A área na qual os assentados desenvolvem suas atividades produtivas fica nas proximidades do rio Gurguéia e os recursos hídricos disponíveis no assentamento são oriundos deste rio.

As assentadas do PA Fazenda Flores se identificam como lavradoras, conforme mencionado em entrevista “eu sou uma lavradora, eu sou da roça, nasci na roça, me criei na roça e continuo na roça” (Entrevista B). Essa fala é representativa do vínculo existente com a terra, que permite a reprodução da vida e a existência no campo.

A trajetória do PA Fazenda Flores, revela a importância da participação das mulheres na luta pela terra e pela consolidação dos assentamentos de reforma agrária. Embora a história nem sempre coloque essas mulheres em posição de protagonismo, elas se fazem presentes, elas estão em luta, pela terra, por melhores condições de vida, pela possibilidade de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assentamentos rurais, se configura como a principal política pública de acesso à terra no Brasil, conquistada através da luta encampada pelos movimentos sociais do campo. Nesse processo de luta, há uma diversidade de sujeitos que desempenham papéis fundamentais, como as mulheres, que muitas vezes estão presentes desde a conquista da terra até a consolidação dos assentamentos, mas ficam no anonimato, quando se discute a história dos movimentos no campo.

O papel das mulheres no campo, não é apenas aquele da mãe, dona de casa, que tem sido imposto ao longo do tempo. As mulheres têm sido protagonistas no processo de luta pelo acesso à terra. Entendendo isso, torna-se necessário que o debate em torno da reforma agrária se amplie nesse sentido, de dá voz aos diversos sujeitos que fazem parte da luta, que garanta o direito das mulheres a terra.

Garantir esse direito as mulheres, é um passo importante na promoção de sua autonomia, em um contexto marcado pela segregação da mulher em relação a terra e as políticas públicas.

A análise feita a partir das entrevistas realizadas no projeto de assentamento Fazenda Flores, deixa claro a importância e papel desempenhado pelas mulheres na luta pela conquista da terra, na luta pela consolidação do assentamento, mesmo em meio as inúmeras dificuldades encontradas nesse processo.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARRAFA, Marina. **Projeto de assentamento rural: um estudo do ambiente construído no Zumbi dos Palmares – Iaras/SP**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado Área de Concentração: Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos; ROCHA, Herivelto Fernandes. A atualidade da reforma agrária brasileira: diversidade das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e tipos de assentamentos rurais. In: VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 145-165.

CRUZ, Lindalva Alvas; LOBATO, Rosa ILMA. A participação da trabalhadora rural na luta pela terra no Piauí e os novos espaços de organização. In: Segunda Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, p. 1-10, agost. 2005.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, janeiro/abril. 2004.

HORA, Karla Emmanuela R; NOBRE, Miriam; ZARZAR, Andrea Butto. As mulheres no censo agropecuário 2017. São Paulo: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2021. p. 2-28. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355154/69822227/HORA%2C+NOBRE+E+ BUTTO+CENSO+2017.pdf/f391dda1-c8f8-6e51-117f-f221042e5a0e> Acesso em: 21 de Jun. 2023.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L; ZARZAR, Andrea Butto. (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 10-18.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007b. p. 63-110.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007a.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Produção territorial das reformas agrárias no Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. **Reforma Agrária em questão: a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no Assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. 2014. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

ZARZAR, Andrea Butto; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L; ZARZAR, Andrea Butto. (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 21-37.

Contato com o autor: Jucélia Maria Rocha Oliveira <jucelia_oliveira90@hotmail.com>

Recebido em: 26/06/2023

Aprovado em: 16/12/2024

ⁱ Entrevista B realizada no dia 28 setembro de 2018.